



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679842 - SP (2021/0217915-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : HENRIQUE GONCALVES SANCHES E OUTRO
ADVOGADOS : MARIO SERGIO DE OLIVEIRA - SP142871
HENRIQUE GONÇALVES SANCHES - SP182797
IMPETRADO : JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA CRIMINAL DE SÃO PAULO -
SJ/SP
PACIENTE : CHARIF SAMIR MAAROUF (PRESO)
PACIENTE : ANDRE NAWAF GHOUSSAIN

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CHARIF SAMIR MAAROUF e ANDRÉ NAWAF GHOUSSAIN em que se aponta como autoridade coatora a JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SÃO PAULO.

Os impetrantes narram que os paciente sofrem constrangimento ilegal em razão de situação atípica em que, presos em decorrência de cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido pela 2ª Vara Criminal de Carapicuíba, agora nem juízo estadual e nem juízo federal se reconhecem como competentes para eventual análise de pleitos relativos à alegada prisão.

Infere-se dos autos que (fl. 13 - expediente avulso):

1. Em cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido pela 2ª Vara Criminal de Carapicuíba, policiais civis apreenderam documentos e objetos no apartamento de Charif Samir Maarouf, localizado na rua Fernão Cardim nº 388 (ap. 51), em São Paulo;
2. Durante essa diligência, o investigado (Charif) recebeu mensagem de WhatsApp de uma pessoa chamada "Santino", que, supostamente, segundo ali se apurou rapidamente, estaria trazendo dinheiro para Charif e estaria em uma padaria;
3. Essa pessoa foi localizada por policiais num veículo Mercedes Benz de cor preta, placas EBQ 1123/SP, e, ao ser abordado e solicitado que saísse do veículo, acelerou e fugiu, desobedecendo ordem legal, sendo seguido pelos policiais;
4. Durante a fuga, essa pessoa "arremessou pela janela do automóvel uma sacola plástica, que caiu defronte a um restaurante", sendo logo depois alcançado e detido, tendo sido identificado como sendo Luis Carlos Bonelli Junior;
5. Voltando em sentido contrário para localizar a sacola plástica que havia sido jogada fora por Luiz Carlos, os policiais encontraram uma guarnição da Polícia Militar, que já tinha encontrado a sacola, na qual

havia uma grande quantidade de dólares (175.310, contabilizados na Delegacia);

6. A autoridade policial que lavrou o flagrante indiciou Charif Samir Maarouf e Luis Carlos Bonelli Junior pelos crimes do art. 22 da Lei nº 7.492/86, c. c. art. 2º, “caput”, da Lei nº 12.850/2013, pois "foram surpreendidos praticando operação de câmbio ilegal, através de organização criminosa"; e os demais investigados, incluindo o paciente, pelo crime do art. 2º, “caput”, da Lei nº 12.850/2013.

7. A juíza plantonista da Comarca da Capital (jurisdição do flagrante) decidiu pela conversão da prisão em flagrante de Charif Samir Maarouf e Luis Carlos Bonelli Junior em prisão preventiva, e pela decretação da prisão preventiva dos demais indiciados, determinando a expedição dos respectivos mandados;

8. O Ministério Público do Estado de São Paulo, ao tomar conhecimento do flagrante, para fins de denúncia, verificando que o indiciamento envolvia crime contra o sistema financeiro nacional (art. 22 da Lei nº 4.792/86), opinou (corretamente) pela remessados autos à Justiça Federal da Capital (local da apreensão dos dólares), o que foi acatado pela juíza de direito do DIPO 3 - SEÇÃO 3.1.1;

9. Distribuído o feito à 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo (especializada em crimes contra o sistema financeiro nacional), foi dada vista ao Ministério Público Federal, que, analisando o caso, não vislumbrou elemento concreto capaz de demonstrar a incidência de crimes de competência federal, razão pela qual opinou pelo declínio da competência para a 2ª Vara da Criminal de Carapicuíba, juízo de onde emanara a ordem de busca e apreensão no endereço de Charif Samir Maarouf;

10. Em razão disso, o juízo impetrado, em fundamentada decisão, acolheu a manifestação do Ministério Público Federal, para reconhecer a absoluta incompetência daquele juízo federal, determinando o imediato encaminhamento dos autos à 2ª Vara Criminal de Carapicuíba.

Em um primeiro momento, essa Presidência indeferiu o *writ*, por reconhecer sua incompetência para análise dos autos, determinando sua remessa ao TRF da 3ª Região.

Contudo, a decisão exarada pelo Desembargador Federal Nino Toldo foi no sentido de ratificar os apontamentos do juízo federal e do *parquet* atuante naquela jurisdição no sentido de que não haveria nenhuma competência federal a ser apurada na hipótese dos autos, pois (fl. 16 - expediente avulso):

Definido que a competência não era - e não é - da Justiça Federal (dado que, em princípio, não configura evasão de divisas a mera posse de moeda estrangeira, como adequadamente se manifestou o Ministério Público Federal e decidiu o juízo impetrado), o juízo federal declinou da competência para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Carapicuíba porque fora desse juízo a ordem de busca e apreensão cumprida no apartamento de Charif Samir Maarouf e que levou também à apreensão dos dólares que estavam com o investigado Luis Carlos Bonelli Junior, e à prisão dos envolvidos.

Como há imputação de crime de organização criminosa e isso, aparentemente, é objeto de investigação em Carapicuíba, entendeu o juízo impetrado, conforme manifestação do Ministério Público Federal, que competiria àquele juízo decidir sobre o feito, incluindo-se nisso a ratificação da prisão preventiva decretada pelo juízo plantonista da

Comarca da Capital e a destinação do dinheiro apreendido.

Não faz sentido que a Justiça Federal aprecie a legalidade da prisão dos pacientes. Como dito, em princípio, não há crime federal a justificar a competência da Justiça Federal.

De outro lado, a prisão preventiva foi decretada por juiz estadual, que não se encontra no rol de autoridades em relação às quais seria competente este Tribunal Regional Federal para apreciar pedido de habeas corpus.

Posto isso, com fundamento no art. 108, I, da Constituição Federal e no art. 188 do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, INDEFIRO LIMINARMENTE o presente habeas corpus.

Neste contexto, os impetrantes aduzem que a hipótese dos autos é uma "causa kafkaniana", visto que, presos, "até a presente data não há conduta tipificada, denúncia oferecida tampouco jurisdição firmada" (fl. 8 - expediente avulso).

Assim, consignam (fl. 9 - expediente avulso):

Por estas razões, reitera-se a Vossa Excelência, com o devido respeito, o processamento do presente Habeas Corpus com medida liminar, conquanto o conflito negativo de competência entre as Justiças Federal e Estadual vem acarretando inaceitável constrangimento ilegal na liberdade de locomoção dos pacientes – com encarceramento desde 14 de junho sem situação jurídica definida – e requer pronta e urgente pronunciamento deste Superior Tribunal de Justiça.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Da análise dos autos, razão assiste aos impetrantes quando aduzem que a indefinição da jurisdição não pode ser imputada aos pacientes para fins de ver seus direitos assistidos, em especial quando em apreço a liberdade de ir e vir.

Contudo, incabível, como outrora já consignado por esta Presidência, que esta assumo o papel das instâncias ordinárias para análise das (i)legalidades que circundam a prisão dos pacientes, sob pena de patente supressão de instância e, eventualmente, usurpação de competência.

No caso dos autos, se a justiça federal vem se manifestando no sentido de sua incompetência e tendo por base os preceitos da Súmula 150 do STJ – "Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas" –, e não havendo espaço para que debates sobre eventual jurisdição inviabilize os direitos dos pacientes, cabe declarar, ainda que de forma liminar mas compulsória, a competência do 2ª Vara Criminal da Comarca de Carapicuíba e eventualmente do TJSP para análise de pedido de relaxamento da prisão e outros.

Cabe aqui lembrar que eventual incompetência do juízo – se mais a frente for declarada com relação à 2ª Vara Criminal da Comarca de Carapicuíba – não teria o condão de tornar os atos processuais nulos, pois:

4. "Consoante a firme jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal

de Justiça, o reconhecimento da incompetência do Juízo não acarreta, por si só, a nulidade da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, pois o Juízo competente, ao receber o feito, pode ratificar a referida decisão, o que efetivamente ocorreu na hipótese" (RHC n. 125.358/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 26/5/2020, DJe 3/6/2020). (HC 606.866/MG, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 04/02/2021.)

V - O reconhecimento da incompetência do juízo não resulta, por si só, na nulidade das decisões cautelares, as quais podem ser ratificadas pela autoridade competente. (AgRg nos EDcl nos EDcl no RHC 120.590/PR, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 04/09/2020.)

Ante o exposto, defiro em parte o pedido de liminar para fixar em caráter de urgência a competência da 2ª Vara Criminal da Comarca de Carapicuíba e eventualmente do TJSP para análise das questões que envolvam a prisão dos pacientes decorrente do citado cumprimento de busca e apreensão determinado pelo referido juízo e de ação penal que venha a ser instaurada, ficando a competência fixada até que haja pronunciamento definitivo sobre o tema ou se de forma diversa entender o relator do presente *habeas corpus*.

Comunique-se com urgência à 2ª Vara Criminal da Comarca de Carapicuíba e ao TJSP, com cópia da presente decisão.

Solicitem-se informações ao Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Carapicuíba, ao Juízo da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo e ao ao TRF da 3ª Região, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Distribua-se o *habeas corpus*.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente